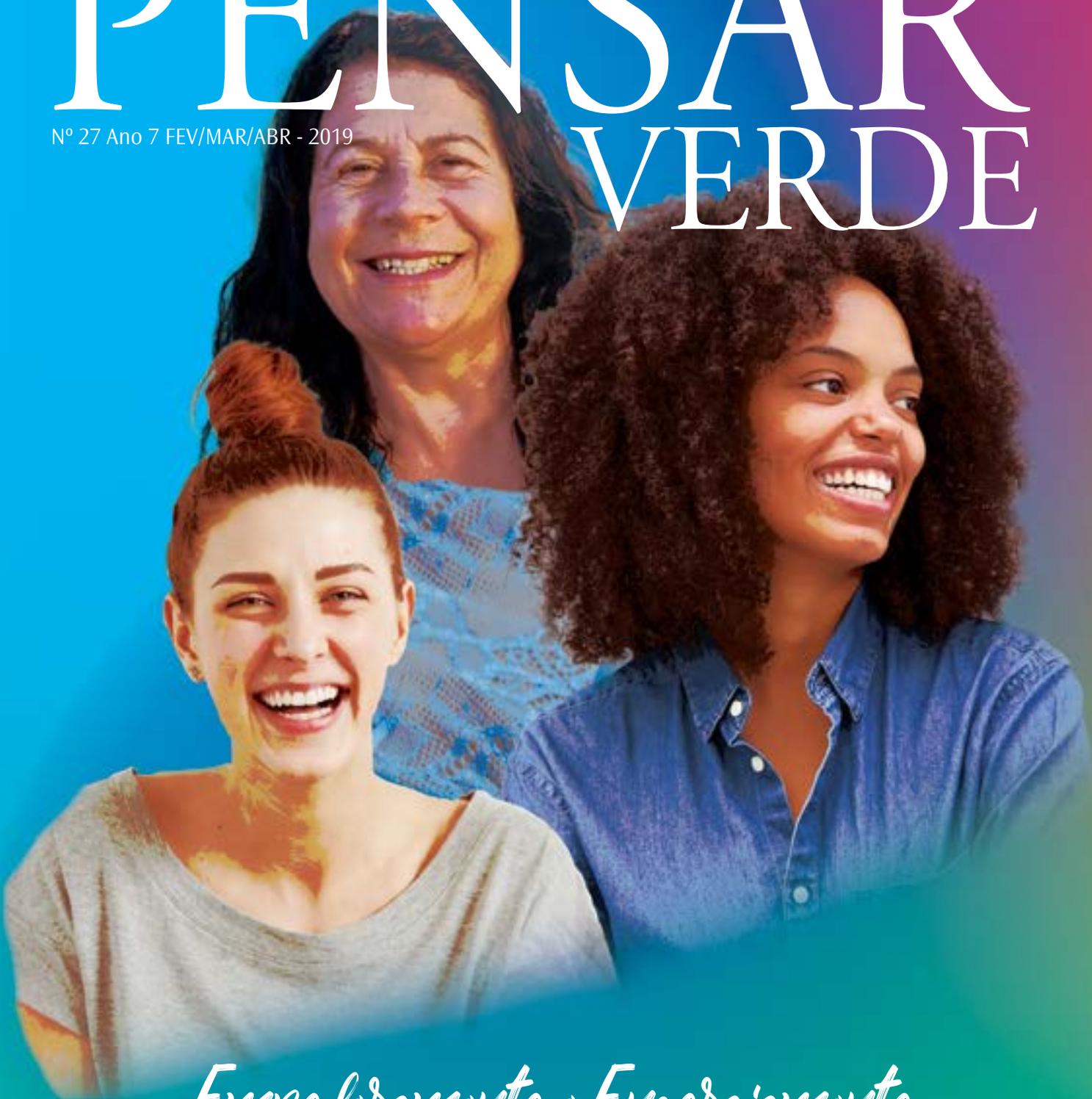


REVISTA DE DEBATES DA FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL

PENSAR VERDE

Nº 27 Ano 7 FEV/MAR/ABR - 2019



Empoderamento e Encorajamento

PELA VERDADEIRA CIDADANIA FEMININA

Entrevista Shirley Torres

NESTA EDIÇÃO: VERA MOTTA | DANIELA CARVALHAIS | CLAUDIA LELIS | TERESA BRITTO | CARLA PIRANDA | ISABELA ROCCO | RAYSSA TOMAZ | MARIANA PERIN

EDITORIAL

A 27ª edição da Pensar Verde tornou-se uma publicação especial. Com temas afetos ao combate e à prevenção do feminicídio e escrita apenas por mulheres, trazemos um panorama feminino de pessoas que conquistam, a cada dia, seus espaços de poder com muita luta e perseverança.

Em nossa pesquisa editorial, percebemos que vários aspectos impactam a vida das mulheres. Empoderamento e encorajamento são muito mais que palavras da moda, são qualidades urgentes e necessárias. Precisamos empoderar nossas mulheres e encorajá-las a conquistar mais espaço e manter o que já foi conquistado. Encorajamento de mais mulheres na política, combate à desigualdade de gênero desde o ambiente escolar e autonomia financeira como ferramenta de empoderamento feminino são alguns pontos levantados pela revista nesta edição.

Em um levantamento feito pelo Núcleo de Violência Doméstica da Promotoria de Justiça de Taboão da Serra (SP), entre os anos de 2012 e 2016, constatou-se que praticamente 30% das mulheres que sofrem violência e não denunciam estão em situação de risco pelo fato de dependerem economicamente dos companheiros, sem perspectivas e oportunidades de trabalho.

O machismo, ainda naturalizado no Brasil, pode evoluir para violência psicológica, lesão corporal e até homicídio. Muito da violência doméstica está aliada à perspectiva de que o homem é dono da mulher. Especialistas defendem que há de se ter educação de gênero na escola, tanto pela função social que representa, quanto pela finalidade a que se destina. A escola é o local onde se deve oportunizar a formação de indivíduos para o respeito, para a cidadania e pela busca da equidade de gênero.

Com apenas 10,5% das cadeiras da Câmara dos Deputados ocupadas por mulheres, o Brasil tem hoje o pior índice de representação feminina do Legislativo em toda a América Latina, segundo dados da Inter-Parliamentary Union compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sabemos que a política de cotas, que prevê a reserva de 30% das candidaturas para mulheres em cada coligação, não é suficiente para garantir a paridade dos gêneros na política.

Um trabalho da James Madison University sobre o recrutamento de mulheres em organizações partidárias a nível estadual apontou que, em 2010, 1.267 dessas organizações participaram das eleições no Brasil. Apenas 23,8% delas cumpriram a cota e 31,2% não nomearam uma mulher sequer. Com o maior monitoramento do Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, o número de organizações partidárias que cumpriram a cota aumentou. Mesmo assim, essas instituições representaram apenas 50% do total. Além disso, há um grande número de candidatas laranjas. Mesmo que a cota seja cumprida, o espírito da lei, que é impulsionar, de fato, a representação da mulher na política, não está sendo captado.

Por uma comunidade mais harmônica e pacífica, precisamos conversar sobre esses temas e reafirmar o compromisso do ideário verde com a CIDADANIA FEMININA, com maior poder, participação e afirmação da mulher, dos valores e da sensibilidade feminina; além do combate a todas as formas de discriminação, especialmente o machismo e o sexismo.

Boa leitura!

Angélica Brunacci - Editora-chefe

EXPEDIENTE

FUNDAÇÃO VERDE HERBERT DANIEL

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

Ivanilson Gomes dos Santos

CONSELHEIROS

Aluizio Leite Paredes

Eurico José Albuquerque Toledo

Jovino Cândido da Silva

Marcelo de Moura Bluma

Marco Antonio Mroz

Raimundo Marcelo Carvalho da Silva

Reynaldo Nunes de Moraes

Teresa Britto

SUPLENTE

Rivaldo Fernandes

Sandra do Carmo Menezes

CONSELHO FISCAL

Ricardo de Oliveira Silva

Daniela Carvalhais de Almeida

Salvador Arnoni

SUPLENTE

Moacir Arruda

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Executivo José Carlos Lima da Costa

Diretor Financeiro Osvander Rodrigues Valadão

REVISTA PENSAR VERDE

CONSELHO EDITORIAL

Ivanilson Gomes dos Santos, José Luiz Penna,
Sarney Filho, Leandre Dal Ponte, José Carlos Lima,
Angélica Brunacci

EDITORA-CHEFE

Angélica Brunacci (02532JP/DF)

SUBEDITORA

Larissa Itaboraí

REVISÃO

Caroline Rodrigues Cardoso

ARTE E EDITORAÇÃO

DotPro Comunicação

IMPRESSÃO

Gráfica Ipanema

TIRAGEM

3.000 exemplares

PENSAR VERDE

VOCÊ SABIA ?

Foram 4.254 homicídios dolosos de mulheres em 2018, uma queda de 6,7% em relação a 2017. Apesar disso, houve um aumento de 12% no número de registros de feminicídio. Uma mulher é morta a cada duas horas no País.

Houve ainda um aumento no número de registros de feminicídio, ou seja, de casos em que mulheres foram mortas em crimes de ódio motivados pela condição de gênero. Foram 1.173 no ano passado, ante 1.047 em 2017.

Fonte: Monitor da Violência do Núcleo de Estudos da Violência da USP e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

ENDEREÇO

Sede da Fundação Verde Herbert Daniel
SAUS Quadra 06 - sala 602 - Ed. Belvedere,
Asa Sul, Brasília - DF
Telefone: (61) 3366-1223
contato@fvhd.org.br
www.fundacaoverde.org.br

FALE COM A REVISTA PENSAR VERDE:
revistapensarverde@gmail.com

A FVHD foi criada em setembro de 2007 com o objetivo de promover a doutrinação política do Partido Verde.



A ilustração da capa e dos ícones desta edição utilizou as técnicas de desenho, vetorgrafia, fotomontagem e manipulação digital.

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

VERDES EM AÇÃO

O papel da mulher no ciclo de violência que ela sofre



44

46



ENTREVISTA Shirley Torres

Autonomia financeira como forma de empoderamento



Liberdade, igualdade e autonomia da mulher

> **Vera Motta**

8

Autonomia financeira: caminho para o empoderamento

> **Daniela Carvalhais**

14

A construção da autonomia financeira feminina como arma para combater a violência contra a mulher

> **Claudia Lelis**

18

Educação para o enfrentamento do sexismo



Educação como forma de enfrentamento da cultura do estupro

> **Carla Piranda**
& **Isabela Rocco**

26

É fundamental combater a cultura do estupro

> **Teresa Britto**

30

Mais mulheres na política



Ser mulher na política, um equilíbrio entre sobreviver e prosperar

> **Rayssa Tomaz**

36

Ser verde não tem gênero

> **Mariana Perin**

42



Autonomia financeira como forma de empoderamento

A união de esforços entre os entes públicos, a esfera privada e a rede protetiva de direitos das mulheres tem feito com que muitas vítimas de violência gênero desenvolvam seus potenciais e talentos, ingressem no mercado de trabalho, conquistem autonomia financeira e vivam livre de qualquer tipo de violência. A oportunidade de trabalho para as vítimas é mais uma das formas eficazes de prevenção e combate à violência contra a mulher.

Iniciando o debate, Vera Motta retoma em seu artigo acontecimentos históricos da evolução das sociedades e como começaram, em suas práticas e culturas, a designar as funções sociais de cada um. De acordo com Vera, ao longo do tempo, a emancipação econômica começou a ser uma ferramenta de conquista dos espaços políticos, advindos do crescimento pessoal, profissional e humano. Desta forma, Vera acredita que a violência contra as mulheres pode ser revertida com o aprendizado e com relativa simplicidade. Enfrentando o medo. Medo produzido pelas sucessivas gerações oprimidas. Vera relata que aspectos psicológicos estão impregnados nas mulheres e isso é fruto de um tempo e de interesses em mantê-las subjugadas, submissas. Por isso, enfatiza que, para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas, a autonomia econômica é essencial, inclusive autonomia para realizar escolhas de vida.

A mineira Daniela Carvalhais acredita que a autonomia econômica da mulher é uma das condições básicas para a conquista da sonhada igualdade de gênero. No entanto, de acordo com o IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Apesar desse número e das mulheres sustentarem quase metade das famílias brasileiras, continuam ganhando salários menores que os dos homens e ocupando cargos inferiores. Para ela, o poder público tem como dever a criação de políticas de estímulo à capacitação, ao empreendedorismo e à inserção das mulheres no mercado de trabalho, assim como a promoção de campanhas educacionais sobre a importância de as mulheres serem respeitadas, com direitos iguais aos dos homens.

Em seu artigo, Claudia Lelis também reforça que a educação financeira é uma arma importante para a independência e empoderamento da mulher. Ela acredita que, para o homem, ter dinheiro significa ter poder, mas que, para a mulher, representa ter segurança e, por isso, é fundamental que as políticas públicas sejam feitas com esse objetivo. No Brasil, mesmo representando 52,3% da população em idade ativa, as mulheres são apenas 43,3% da população economicamente ativa. Claudia questiona que, mesmo com um aumento de 37 para 40 milhões de mulheres no mercado de trabalho, a desigualdade ainda é latente, inclusive com relação aos salários recebidos. Desta forma, com o empoderamento econômico, as mulheres passam a ser protagonistas das suas vidas.



Liberdade, igualdade
e autonomia da mulher
> **Vera Motta**



Autonomia financeira:
caminho para o empoderamento
> **Daniela Carvalhais**



A construção da autonomia financeira
feminina como arma para combater
a violência contra a mulher
> **Claudia Lelis**

Liberdade, igualdade e autonomia da mulher

> Vera Motta



**Emancipação econômica pelo conhecimento
como caminho democrático de ocupação de espaços
de poder em todas as esferas de convivência.**

Desde que o planeta Terra é habitado por seres humanos, tribos, grupos, sociedades foram se formando e cada qual, primeiramente, pelo objetivo primário da sobrevivência.

Os humanos primitivos não viviam a supremacia do sexo, nem masculino, nem feminino.

Na era das cavernas, fêmeas e machos eram livres e cada qual na busca de comida, bebida, proteção contra intempéries e predadores.

Biologicamente, é da natureza de nossa espécie a procriação.

Mulheres e homens copulavam em função do cio dessas.

A gravidez acontecia no corpo da mulher e o homem primitivo não associava nenhuma participação no evento. Assim, mulheres, instintivamente, geravam filhos e os alimentavam, cuidavam da segurança contra predadores, os protegiam das intempéries e os abrigavam em cavernas buscadas por elas próprias. O bicho homem não sobrevive sem esse ambiente próprio, sozinho, até pelo menos, dois ou três anos de idade. E, assim, a coleção de crianças sob os cuidados das mulheres, depois chamadas de mãe.

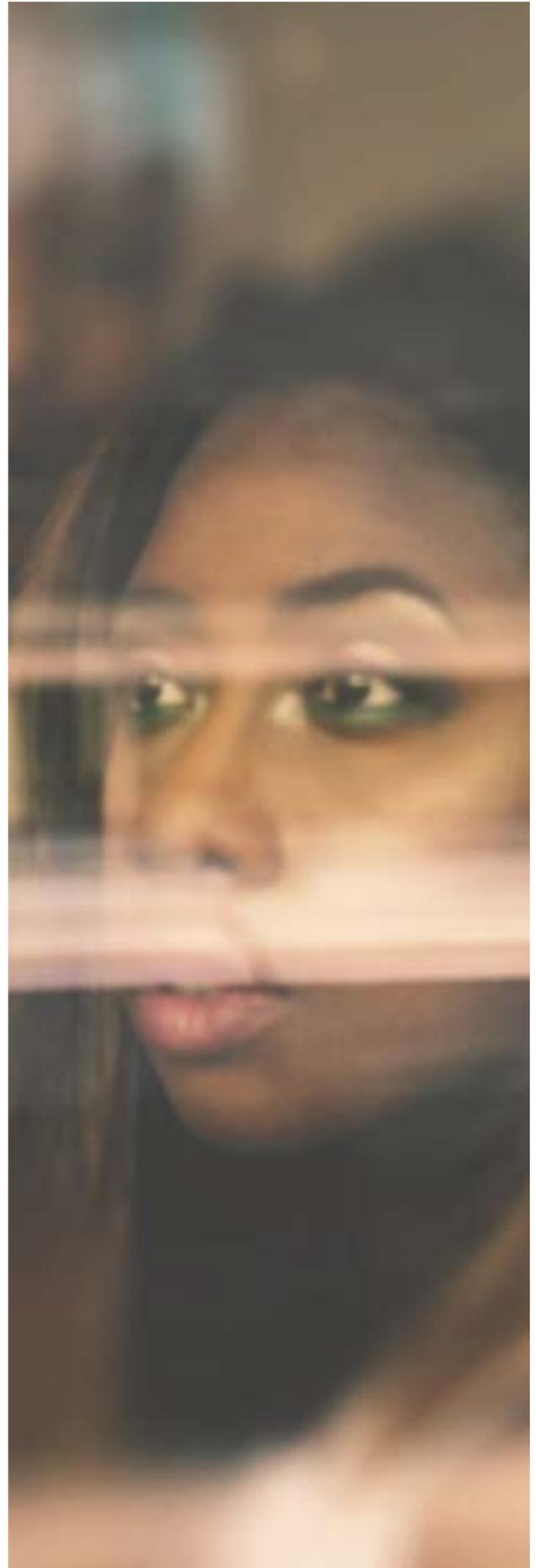
Bertrand Russel bem descreve a evolução das sociedades e como começaram em suas práticas e culturas, em sua obra *O casamento e a Moral* - 1956 (editora Amazon). As mulheres tinham um acúmulo de trabalho para - além de cuidar de si - também

prover a prole que não era em pequenos números. A cada cio, um homem instintivamente copulava, ela engravidava e ele ia embora, para cuidar de si. Ela engravidava, amamentava enquanto cuidava dos outros filhos já nascidos da mesma forma em iguais eventos. Até que - como prova de inteligência - descobre que pode ter um homem consigo, com o objetivo de dividir tarefas. Desenvolve a mulher o cio artificial (descobre cheiros, cores, comportamentos corporais - pinta seus lábios, torna-se atraente). Consegue a permanência constante dos homens pela satisfação sexual, alimentar e mesmo a memória afetiva de suas mães.

Casamento e moral, através de análise intercultural, questiona os códigos que nos levam a ter determinadas atitudes - individuais, familiares e sociais - em relação ao sexo e ao casamento, defendendo uma nova moralidade e explorando mudanças no papel do casamento e de códigos de ética sexual. O livro gerou polêmicas na época, fazendo, inclusive, que, em 1940, o autor perdesse o cargo de professor no City College, em Nova York, por considerarem suas opiniões moralmente impróprias.

A história da humanidade aponta para o exercício de poder da mulher, através dos tempos – na idade média, muitas tornaram-se referência completa, desde Cleópatra, Helena de Tróia a Elisabeth II, assim como Indira Gandhi, Margareth Thatcher, Angela Merkel, e tantas mais que encontramos nas pesquisas via internet.

O que se pretende neste artigo é uma abordagem simples e pontual – a emancipação econômica como forma de conquista dos espaços políticos, advindos do crescimento pessoal, profissional e humano. Bússola, referência, ordem de discurso, conhecimento no seu mais amplo significado.



Ingrid Betencourt é uma referência para os verdes planetários. Sua vida e sua obra já foi objeto de artigos da FVHD. Estive com ela na Austrália, quando do Encontro Mundial dos Verdes. Teve participação ativa na elaboração da “Carta dos Verdes da Terra”.

Nos idos do ano de 2001, quais as mulheres que estiveram e tiveram voz e participação no importante encontro que vige até hoje?

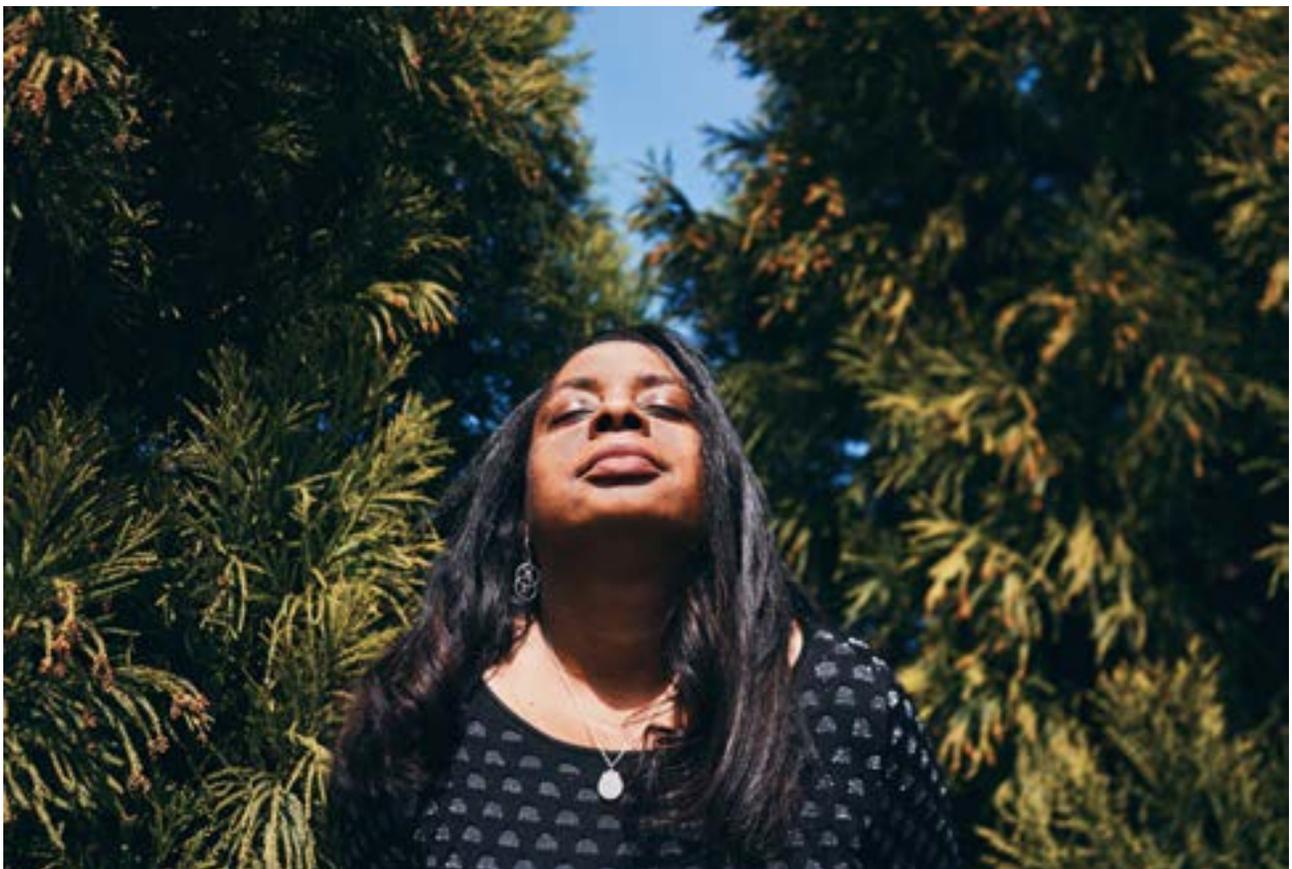
Não posso negar que somente as mulheres que tinham independência econômica e conhecimento acumulado puderam representar seus países. Ainda assim, a dominação da presença masculina considerou um ato revolucionário valorizar mulheres e jovens.

Faço meu depoimento pessoal – nasci de uma família de matriarcas. Minhas avós tiveram o comando econômico de suas humildes famílias. Minha mãe – sempre teve o controle financeiro da nossa família, mesmo tendo “trabalhado em fábrica”, aprendeu que só se tem liberdade e escolha quem materialmente aprendeu a produzir para si e para a sociedade em que viveram. Através do aprimoramento do conhecimento aliado à independência econômica, é que se adquire o espaço de fala e a prática dos discursos.

A força de trabalho que a mulher tem, muitas nem tem essa consciência.

A força física e intelectual são patentes. “Dê-me uma alavanca e eu levantarei o mundo”.

A violência contra as mulheres pode ser revertida com aprendizado e relativa simplicidade. Enfrentamento do medo. Medo produzido pelas sucessivas gerações oprimidas. Li, em um livro infantil de Chico Buarque de Holanda, ‘Chapeuzinho Amarelo’, que o medo do medo é maior que o medo, “enfrentado o medo é arremedo”. Aspectos psicológicos estão impregnados nas mulheres e so fruto de um tempo e de interesses em mantê-las subjugadas, submissas. E, por que não dizer, “comportadas e do lar”. Mas há tempo que as feministas derrubaram esses conceitos atrasados, remotos aos idos dos anos quarenta.





Para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas, a autonomia econômica é essencial, eis que não envolve apenas independência financeira e geração de renda, mas também autonomia para realizar escolhas.

É necessário que as mulheres tenham liberdade e condições para escolher sua profissão, planejar seu futuro, ter tempo para o lazer e para se qualificar, além de garantir a própria renda. Ter filhos ou não ter filhos é também escolha desde o advento da pílula anticoncepcional. Ter parceiros ou parceiras são uma escolha. Nem me aprofundarei, que essa questão é também primitiva.

Atualmente na sociedade, a relação de trabalho modelo é o assalariamento. Mesmo que várias pessoas obtenham sustento de sua produção na agricultura ou em pequenos comércios, o assalariamento é predominante em quantidade e como referência.

O trabalho assalariado se caracteriza por uma sequência de operações que pode ser objetificada, fragmentada e mensurada.

A capacidade humana de realizar estas operações é a força de trabalho e o tempo é o referente central da combinação entre trabalho e trabalhador. Por essa razão, existe o relógio de ponto, o controle do tempo livre, a medida de quanto tempo se leva

para realizar determinada tarefa e os indicadores de produtividade. Além da capacidade de SIMULTANEIDADE da mulher, adquirida em milênios, de realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Estudos sociológicos apontam que a maioria dos homens, também por hábitos milenares, realizam uma tarefa de cada vez.

Mas nem todo trabalho se realiza no assalariamento. Além do mais, nem todo trabalho se realiza no âmbito do mercado e sob sua lógica. Há uma série de atividades que são realizadas no âmbito da família, que envolvem relações de afeto e que não são, portanto, passíveis de objetificação.

A economia feminista chama atenção para o fato de que esse trabalho, que é feito quase exclusivamente pelas mulheres, é essencial para a manutenção da vida e está interligado com a esfera da produção e do trabalho assalariado, pois produz as pessoas, a maioria delas trabalhadoras. No entanto, ele é sistematicamente marginalizado e invisibilizado na análise econômica neoclássica.

Produzir pessoas implica garantir-lhes comida, higiene, mas também estabilidade emocional e segurança afetiva. Logo, o trabalho doméstico não se restringe a atividades mensuráveis como, por exemplo, quantas refeições foram preparadas em determinado tempo ou que serviços de manutenção da casa foram executados: o cuidado implica disponibilidade emocional e atenção, compromisso para com o outro.

Nas últimas décadas, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho remunerado não significou grandes mudanças na divisão sexual de trabalho já que o trabalho doméstico e de cuidados continua a ser realizado majoritariamente por mulheres, sejam por familiares – avós, irmãs e outras parentes –, seja de maneira remunerada, com a contratação de faxineiras, babás, cozinheiras, entre outras. Isso implicou também um aumento na desigualdade entre as próprias mulheres.

Hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquele do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade, assim como os homens, elas unem as tarefas tradicionais: ser mãe, esposa e dona de casa. Trabalhar fora de casa é uma conquista relativamente recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas.



Apesar da evolução da mulher dentro de uma atividade que era antes exclusivamente masculina e de ter adquirido mais instrução, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens exercendo a mesma função. Conforme o salário cresce, cai a participação feminina. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres.

Embora exista certa discriminação em relação ao trabalho feminino, elas estão conseguindo um espaço muito grande em áreas que antes era reduto masculino, e ganhou o respeito mostrando um profissionalismo muito grande, eis que cresce cada vez mais o número de mulheres que ganham mais que os maridos.

O grande desafio para as mulheres dessa geração é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Também a ocupação de espaços objetivos no campo da administração pública, nos movimentos sociais e na política.

Pelo menos, elas já provaram que, além de ótimas cozinheiras, podem também ser boas motoristas, mecânicas, engenheiras, advogadas e sem ficar atrás de nenhum homem, restando comprovado que as mulheres são perfeitamente capazes de cuidar de si, de conquistar aquilo que desejam e de provocar mudanças profundas no curso da história.

O depoimento pessoal que aqui presto vale para que muitas mulheres se identifiquem – a política conceitual é fascinante! Na prática, é um desafio.

Temos que enfrentar, de ombro a ombro, nossos papéis, desde a fala grave dos homens que muitas vezes são assustadoras, até as atitudes ainda não esmeradas por eles, que caem na esparrela de que são os comandantes nos processos todos da vida.

Para serem respeitadas, existe uma construção que caminha a passos largos. Observo nova geração de seres humanos ao meu redor – meninos e meninas que exercem mesmos papéis, aceitam-se mutuamente, um trabalho em conjunto.

Em muitas famílias, novos modelos: mulheres provedoras economicamente e companheiros e companheiras valorizadas(os) pelo que são e pelo que produzem, sem que as mantenedoras dominem e ditem as regras.

Fecho com o ideal que se dá dentro de casa – nosso partido se assemelha à nossa casa, nela exercitamos nosso crescimento e aprimoramento enquanto seres humanos e sociedade. Os partidos políticos estão aí para a organização do mundo que desejamos ter e nele viver. A natureza aponta o grande e melhor caminho – quanto mais observarmos o meio ambiente como sujeito de direito nas nossas relações, mais compreenderemos a generosidade que pode ser um pilar, viga mestra, que orienta as questões materiais decorrentes de nossas práticas humanas. Nosso sustento advém de boas práticas, profissionais, políticas e, sobretudo, da nossa consciência de igualdade.



Vera Motta

é uma das fundadoras do Partido Verde no Brasil. Já atuou nos cargos de Presidente do PV de São Bernardo do Campo, Vice-Presidente no Estado de São Paulo; é dirigente nacional do PV, Secretária Nacional de Assuntos Jurídicos do Partido Verde desde 1999 e Diretora Jurídica do PV. É advogada com especialização em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral.

Autonomia financeira: caminho para o empoderamento

> **Daniela Carvalhais**

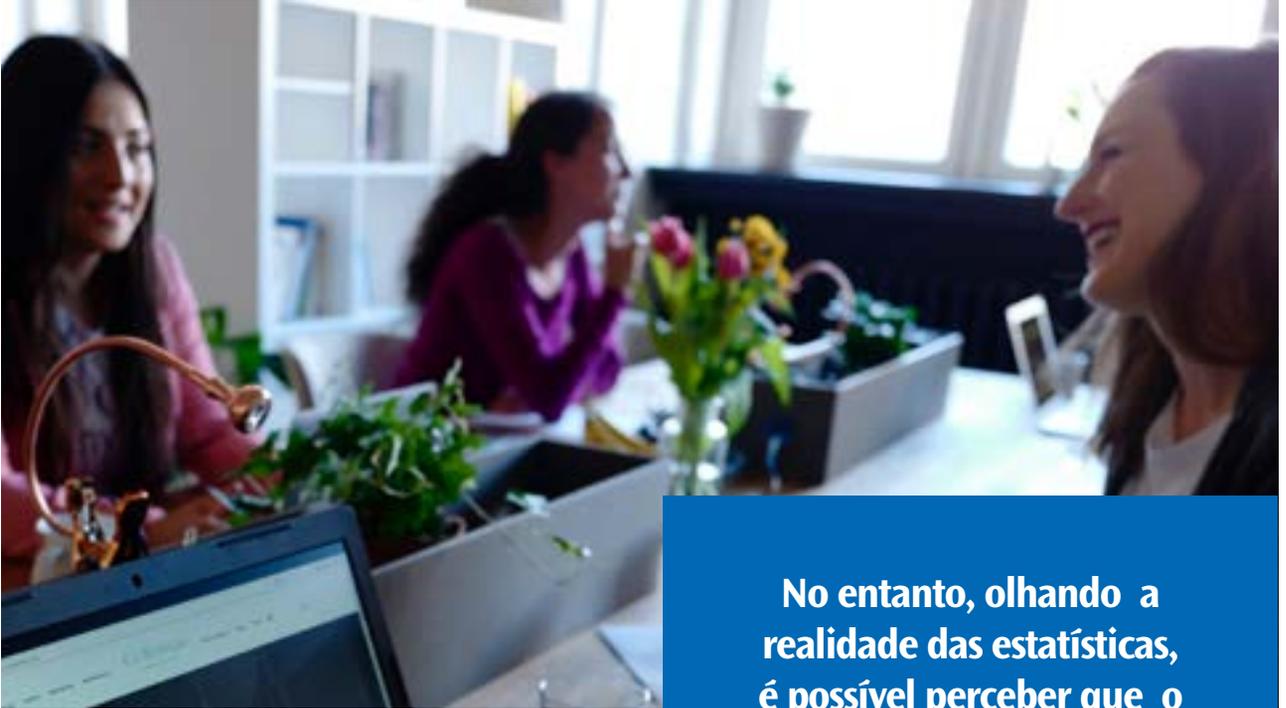


A autonomia econômica da mulher é uma das condições básicas para a conquista da tão sonhada igualdade de gênero. Fazer com que as mulheres tenham acesso a espaços no mercado de trabalho, com ocupação digna e sem exploração, e conquistem direitos e salários iguais aos dos homens estão, inclusive, entre os princípios da Organização das Nações Unidas (ONU) para garantir o empoderamento feminino, colaborando para um desenvolvimento sustentável do planeta.

Não restam dúvidas de que o acesso ao próprio dinheiro e as relações desenvolvidas no ambiente de trabalho vêm colaborando, ao longo dos anos, não só para a sobrevivência, mas para o aumento da consciência da mulher sobre direitos e, conseqüentemente, maior participação nas esferas social, política e econômica do Brasil.

No entanto, muito ainda precisa ser feito para que as mulheres conquistem de fato a emancipação econômica. Uma delas é combater a divisão sexual no mundo do trabalho, construída a partir de um modelo patriarcal, em que o homem ainda detém os cargos de comando e os melhores salários.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, aponta que 40% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. No entanto, apesar de sustentarem quase metade das famílias brasileiras, ELAS ainda ganham salários menores que os dos homens e ocupam cargos inferiores.



Professora associada do Departamento de Ciência Política e coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a psicóloga e doutora em sociologia Marlise Matos atribui a discrepância salarial e de ocupações de cargos por mulheres no mercado de trabalho a questões culturais enraizadas em nossa sociedade.

“O mundo moderno, como nós o conhecemos, foi construído a partir de um tipo de binarismo de gênero, em que se estruturou os papéis de homens e de mulheres. De um lado, a gente tem o mundo privado, o mundo da família, da reprodução, do cuidado com os filhos, com os idosos, que ficou definido como espaço de atuação das mulheres. E, do outro, o lado público, como sendo de atuação política dos homens, inclusive também o acesso privilegiado ao mundo do trabalho”, compara Marlise.

Essa divisão sexual de papéis do mundo privado acabou, segundo ela, migrando para fora dos lares. “Ainda se mantém um padrão de profunda discriminação salarial das mulheres ou de atribuição a elas de posições ainda marcadas pela divisão dos papéis, como nos lares. Em fábricas, por exemplo, elas vão trabalhar com embalagens, porque seriam mais sensíveis e delicadas, e os homens vão trabalhar nas máquinas. As mulheres acabam sendo menos remuneradas também com a justificativa de que a renda delas seria a complementar da família. A do provedor é a renda principal”, diz.

No entanto, olhando a realidade das estatísticas, é possível perceber que o papel feminino está longe de ser “um adicional” nas famílias brasileiras, como atesta a pesquisa do IBGE citada. Grande parte das mulheres bancam sozinhas as despesas casa, com salários menores que os dos homens. Estudos mostram, ainda, segundo Marlise Matos, que as mulheres respondem por quase 48% da população economicamente ativa no Brasil. Portanto, já são quase metade da força de trabalho do País. “Se você incluir aí as atividades informais, as mulheres já são maioria”, diz a estudiosa da UFMG.

Vale reforçar, portanto, que essa forma estrutural de divisão dos papéis de gênero no mundo do trabalho sustenta o patriarcado. O privilégio dos homens em relação ao poder e aos salários, na visão da pesquisadora, traz consequências não só para a autonomia das mulheres, mas também para a dependência financeira e emocional. “É um fenômeno que a gente percebe claramente. Muitas mulheres infelizmente acreditaram nesse contrato que a sociedade moderna patriarcal construiu de que elas viveriam sendo sustentadas pelos homens provedores, o que não é verdade”, salienta.

E pensar que o caminho que as mulheres trilharam para chegar a esse estágio em que vivemos hoje começou há anos, com muita luta. A primeira DELAS foi o esforço para sair do mundo privado, de cuidados com a casa e a família, para a esfera do trabalho, além de lutar pela garantia do direito a escolarização e profissionalização. Ao contrário do que a grande maioria das pessoas pensa, segundo Marlise Mattos, as mulheres entraram para o mundo do trabalho muito antes da era industrial. Nos regimes da escravidão, coloniais, por exemplo, as mulheres negras sempre trabalharam. No entanto, a renda obtida no trabalho remunerado, a partir do capitalismo industrial, em 1929, passou a ser condição para sobrevivência. Época em que as mulheres iniciariam um movimento de reivindicações para a busca da autonomia financeira.



“Em 1929, a gente tem a publicação de um texto superimportante da romancista inglesa Virginia Woolf, ‘Um Teto Todo Seu’, em que a autora faz uma reivindicação e diz que qualquer mulher, para ser autônoma, tem que ter a sua independência econômica, a sua independência financeira”, lembra Marlise.

Como se vê, a bandeira das mulheres pela independência, que começou na Inglaterra do século passado, continua em todo o mundo. Com os avanços já alcançados, resta, neste momento, às mulheres, seguirem a luta pela verdadeira autonomia financeira. O trabalho deve começar com a educação das futuras gerações, ensinando meninos e meninas sobre a importância da igualdade de gênero, para a construção de uma sociedade melhor, tanto nos espaços das escolas quanto nos lares. Ensiná-las, desde cedo, que mulheres e homens têm lugares e direitos iguais em casa e no trabalho, desconstruindo um modelo patriarcal enraizado em nossa sociedade.

O estímulo à autonomia financeira das mulheres passa também pela mudança de comportamento dos homens que, em pleno século 21, devem entender que mulheres inseridas na esfera do trabalho também têm direitos de comandar, decidir e executar tarefas, sendo, portanto, remuneradas com salários dignos e compatíveis aos masculinos. A elas não cabe somente o lugar de comandadas. Elas podem, sim, delegar, participar e se empoderar, sem que sejam alvo de preconceitos.

Na outra ponta, o poder público tem como dever a criação de políticas públicas de estímulo à capacitação, ao empreendedorismo e à inserção das mulheres no mercado de trabalho, assim como a promoção de campanhas educacionais mostrando a importância de as mulheres serem respeitadas, com direitos iguais aos dos homens. No setor privado, é essencial que as corporações mudem a antiga cultura de que cargos de comando devem ser ocupados por homens, valorizando também a capacidade das mulheres, com remunerações similares às dos homens.

Às mulheres, protagonistas desse movimento de busca de autonomia financeira, cabe romper com antigos conceitos impostos pela sociedade patriarcal de que a elas é atribuída a posição de inferioridade e respeito aos homens, que teriam o papel de provedores.

É preciso lutar pelo direito de salários justos, iguais ou superiores aos masculinos para que se garanta a verdadeira igualdade de gênero. Com a real libertação financeira, mulheres serão capazes, portanto, de conduzir as próprias vidas, sem uma dependência financeira nem emocional dos homens. Desta forma, poderão também galgar mais cargos de comando nas esferas públicas e privadas, ajudado na construção de um mundo mais justo e igualitário. Saber que prestam papel relevante também no mundo da política, ambiente predominantemente másculo, é essencial para a construção de um país.

Atingir a autonomia financeira, portanto, é o primeiro caminho para se obter empoderamento feminino, nome que se dá ao “ato de conceder o poder de participação social às mulheres, garantindo que possam estar cientes sobre a luta pelos seus direitos”.

O estímulo à independência financeira também pode ser vista como ferramenta para o combate à violência doméstica. Estudos mostram que muitas mulheres, por não trabalharem e estarem longe da autonomia econômica, estão sujeitas a agressões psicológicas e físicas de companheiros que as veem como um objeto de posse. É preciso entender que lar é sinônimo de afeto, acolhida e carinho, que só serão construídos com respeito à igualdade de gênero nos gestos cotidianos.

A ONU Mulheres desenvolveu uma lista com sete princípios básicos do empoderamento feminino no âmbito social e profissional. Veja a seguir e vamos à luta por mais empoderamento, mulheres!

- **Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível.**
- **Tratar todos, mulheres e homens, de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação.**
- **Garantir saúde, segurança e bem-estar de todos, mulheres e homens, que trabalham na empresa.**
- **Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres.**
- **Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing.**
- **Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.**
- **Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero.**



Daniela Carvalhais de Almeida

graduada em Relações Públicas e Direito, possui MBA em gestão empresarial pela FGV, secretária de organização e finanças do PV MG, primeira mulher de Minas Gerais a fazer parte da executiva estadual do Partido Verde, presidente do PV Belo Horizonte e, o mais importante, a caçula de cinco irmãs corajosas e independentes que a ensinaram que lugar de mulher é onde ela quiser.

A construção da autonomia financeira feminina como arma para combater a violência contra a mulher

> **Claudia Lelis**



O que empoderamento feminino tem a ver com independência financeira? Tudo!

Em uma sociedade em que ainda persistem desigualdades enormes entre homens e mulheres, especialmente quando se trata de renda, a educação financeira é uma arma importante para a independência e o empoderamento da mulher.

Só iremos avançar em questões fundamentais para o empoderamento feminino quando as mulheres assumirem as rédeas da sua vida financeira. O poder feminino de escolha e decisão é maior quando a mulher assume o comando da sua vida financeira, pois, sem recursos e com contas a pagar, a mulher irá sempre depender de alguém e, em muitos casos, essa dependência está atrelada ao companheiro.

Com independência financeira, a mulher passa a ser dona da sua vida e a tomar suas próprias decisões na vida afetiva e financeira. Para o homem, ter dinheiro é poder; para a mulher, é segurança. Por isso, é fundamental que as políticas públicas sejam feitas com esse objetivo.

Historicamente, no Brasil, o espaço destinado ao trabalho fora de casa sempre foi para os homens e o espaço doméstico, para as mulheres. Infelizmente, no decorrer dos anos, essa mentalidade arcaica acabou sendo “normal”, o que justifica, em grande parte, a atual desigualdade social, econômica e política que vivemos quando analisamos o número de mulheres no mercado de trabalho, principalmente na política.

Leis e programas estão contribuindo para que as mulheres consigam enfrentar esse impasse, mas muita coisa ainda precisa ser feita, principalmente para reduzir casos de violência contra as mulheres. Apesar das grandes conquistas femininas nos últimos anos, a igualdade de gênero ainda é uma luta diária árdua e requer mais autonomia e eficiência dos órgãos públicos envolvidos na prevenção dessa violência sofrida pelas mulheres.



Dados recentes, divulgados por institutos de análise sobre violência e ONGs que trabalham com mulheres vítimas de violência, revelam que muitos casos estão relacionados à dependência econômica da mulher em relação ao seu marido. Muitas mulheres acabam deixando seus postos de trabalho para cuidar da família, dos filhos pequenos, acabam não retornando e passam a viver dependentes financeiramente de companheiros.

Essa realidade é comprovada através de dados da Organização Internacional do Trabalho divulgados recentemente, que mostram que, proporcionalmente, há mais mulheres com dificuldade de encontrar trabalho do que homens, e essa tendência vem piorando. Enquanto a taxa de desemprego para os homens no mundo é de 5,2%, para as mulheres é de 6%.

No Brasil, mesmo representando 52,3% da população em idade ativa, as mulheres são apenas 43,3% da população economicamente ativa. Para se ter uma ideia, em março de 2012, quase 37 milhões de mulheres ocupavam postos de trabalho, já no segundo semestre de 2018, o número chegou perto dos 40 milhões.

Porém, mesmo com esse pequeno crescimento nos últimos seis anos, ainda falta muito para que as mulheres possam dividir o espaço com os homens. A mão de obra masculina ainda ocupa mais da metade dos postos de trabalho e eles ganham, em média, 30% a mais. De acordo com o relatório do último Fórum Econômico Mundial, cem anos é o tempo estimado para que a diferença salarial entre homens e mulheres desapareça. Atualmente, elas recebem 74,5% do salário dos homens ocupando os mesmos cargos.

Com essa desigualdade ainda tão latente no mercado de trabalho, a independência financeira da mulher está longe de acabar, conseqüentemente a violência contra a mulher também.

As soluções precisam e devem ser discutidas, debatidas e colocadas em ação. Para isso, é fundamental a efetiva união dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, principalmente de toda a sociedade civil. Somente assim, o ciclo de dependência financeira de muitas mulheres brasileiras acabará, conseqüentemente a violência contra elas diminuirá.

Como deputada estadual do Tocantins, representante do Partido Verde, tenho buscado apresentar projetos de Lei que busquem a mudança deste quadro

no Estado. Tenho uma preocupação enorme com o alto índice de violência doméstica que atinge as mulheres tocantinenses, e também as brasileiras, com casos que chocam e nos convocam a uma reflexão.

As manchetes dos jornais, diariamente, revelam esta triste realidade. As mulheres estão morrendo, vítimas da crueldade, da violência silenciosa dentro do seu lar, na frente de seus filhos, praticada por quem deveria protegê-las.

A violência física infligida por um parceiro íntimo, por alguém que deveria amar e proteger, é infelizmente uma das formas mais comuns desse abuso. Essa realidade empobrece as famílias e comunidades, consome os recursos dos governos e entrava o desenvolvimento econômico. Por isso, precisamos unir forças para mudar esse panorama nacional ultrajante e assustador. Um esforço que depende de cada um de nós, mulheres e homens.

Quando as mulheres vítimas de violência se veem sem alguém para apoiá-las e acudadas dentro de seu próprio lar, não conseguem enxergar um futuro para si. Com isso, a vergonha, o medo e a falta de perspectiva fazem com que muitas mulheres sujeitem-se a situações de violência.

Mediante esta triste realidade, eu sempre me faço uma pergunta: por que tanta violência? Afinal, por que vivemos numa sociedade tão autoritária e





ameaçadora? Por que tantos destinos são traçados pelo simples fato de sermos do sexo feminino? Por que tantas mulheres são vítimas de abusos de caráter físico, psicológico, emocional e/ou sexual?

Quando fazemos uma análise da história recente, vemos que há pouco mais de 100 anos é que algumas pessoas reconheceram a violência de gênero como fenômeno social e, somente assim, passaram a debater o assunto e a se levantarem contra esse modelo de sistema patriarcal no qual a sociedade foi fundamentada. Desde então, importantes avanços estão acontecendo e, obviamente, precisam ser comemorados, mas precisamos avançar muito mais.

A implantação da Lei Maria da Penha, por exemplo, foi um marco histórico no Brasil, inclusive sendo exemplo para outros países; é considerada uma das melhores leis de proteção à mulher no mundo.

Essa lei prevê um importante conjunto de mecanismos necessários ao empoderamento feminino de mulheres que foram ou são vítimas de violência de qualquer natureza, confirmando que independência e autonomia financeira são fatores que interferem drasticamente no desfecho do quadro de violência.



Enfim, com o empoderamento econômico, as mulheres têm mais acesso aos seus direitos e, com isso, buscam o reconhecimento e a valorização do seu trabalho, assim como passam a ser protagonistas das suas vidas.

Entretanto, se não houver políticas voltadas para proteção social, promoção à saúde e à vida das mulheres que possam dar garantias efetivas de que a violência contra as mulheres tem que ser extirpada da sociedade, nada irá funcionar.

Sem independência financeira, as vítimas seguem no relacionamento, mesmo que estejam claros os sinais de que romper a relação com o agressor é a única e melhor saída. Para conseguir se livrar do “ciclo da violência”, há necessidade de poder econômico e estabilidade financeira mínima.

Portanto, a união de esforços entre os entes públicos, a esfera privada e a rede protetiva de direitos das mulheres tem feito com que muitas vítimas desenvolvam seus potenciais e talentos, ingressem no mercado de trabalho, conquistem autonomia financeira e vivam livres de qualquer tipo de violência, direito de toda mulher e compromisso do Estado democrático de direito.



A oportunidade de trabalho para as vítimas é mais uma das formas eficazes de prevenção e combate à violência contra as mulheres. E sim, tem saída!

Como deputada estadual, tenho buscado, na Assembleia Legislativa do Tocantins, defender, cobrar e incentivar políticas públicas que busquem a inserção das mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho. Essa é mais uma ferramenta que a mulher vítima de violência tem para sair do ciclo em que se encontra, economicamente dependente de seu companheiro e sem nenhuma possibilidade de recomeçar. Este ano, destinei emendas parlamentares exclusivamente para fortalecimento da rede de atendimento às mulheres tocaninenses vítimas de violência.

Como parlamentar, luto incansavelmente também para a prevenção aos casos de violência no Estado, inclusive tramita, no parlamento tocaninense, projeto de lei da minha autoria para implantação do aplicativo Salve Maria, desenvolvido pelo Piauí e que está ajudando mulheres vítimas de violência a denunciar o agressor de forma rápida, segura e eficaz. O aplicativo permite que a denúncia seja realizada através do Salve Maria, sendo o botão do pânico a mais imediata. O botão deve ser usado no ato em que se percebe ou acontece qualquer agressão contra a mulher. Ao ser apertado, o aplicativo emite um chamado com georeferenciamento (localização geográfica) para a delegacia mais próxima da ocorrência e o policial que receber o aviso aciona uma viatura para o caso. Esse aplicativo é mais uma ferramenta no combate à violência contra as mulheres no Tocantins. Essas ações conjuntas são essenciais para contribuir para o empoderamento da mulher fazendo com que ela saia do ciclo de violência que se encontra e recomece a sua vida, de cabeça erguida.

Porque é possível sim! E juntas, todas nós, mulheres, vamos vencer essa batalha. A participação de todas é fundamental e essencial para mudança deste sistema perverso e autoritário que ainda vivenciamos Brasil afora.

Enquanto a violência contra as mulheres continuar a existir no Brasil e no mundo, não poderemos afirmar que estamos avançando realmente em direção à igualdade, ao desenvolvimento e à paz.



Cláudia Lelis

foi a primeira mulher eleita vice-governadora do Estado do Tocantins. Integrante ativa do Partido Verde há mais de 12 anos e atual presidente da sigla no Tocantins, a deputada também é membro da executiva nacional do Partido Verde.



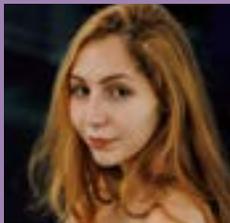
Educação para o enfrentamento do sexismo



A violência contra a mulher está naturalizada no cotidiano brasileiro. Nas sociedades em que o machismo e a misoginia são fundantes e estruturantes das relações e experiências, é preciso impor ferramentas e ações para romper com essa mentalidade, como desaprender a misoginia e educar para a equidade e a justiça. Isso envolve desde a abordagem do tema em sala de aula até a produção de estatísticas que fundamentem as políticas públicas e a realização de campanhas voltadas à população. Políticas educacionais e de conscientização, além de ações para acolher e incentivar denúncias, estão entre os procedimentos que podem ser adotados para evitar o feminicídio e enfrentar a cultura do estupro.

Abrindo o debate desse importante tema, Carla Piranda e Isabela Rocco, representantes de duas gerações distintas, questionam o momento histórico em que os papéis sociais foram divididos por sexo, bem como as imposições sociais de gênero. Para as articulistas, essas construções sociais privilegiam homens em detrimento das mulheres, ou seja, alguém que nasce em um corpo feminino sofrerá com o machismo desde a infância, pois os homens idealizaram um modelo de sociedade que objetiva e fetichiza os corpos femininos. Nesse contexto, elas afirmam que a cultura do estupro não se limita ao estupro em si, mas a toda a estrutura social em que a mulher está inserida para servir aos homens. Desta forma, o primeiro passo é desconstruir a ideia de gênero dentro das escolas para que as crianças parem de aprender que elas devem se encaixar nas imposições sociais divididas por gênero.

A parlamentar Teresa Britto afirma, em seu artigo, que o papel do Estado e da sociedade para conter a cultura do estupro é promover campanhas de conscientização, principalmente nas escolas, junto aos jovens. A proposta de Teresa é trabalhar na perspectiva de atendimento integrado, acolhendo e atendendo vítimas em todos os ciclos de vida (crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos), com abordagem também para os agressores e os familiares, promovendo intervenções em todas as fases da violência. Teresa faz um levantamento de seus projetos, além da realização de palestras, audiências públicas e várias outras atividades em prol da valorização e do respeito às mulheres no estado do Piauí. Ela acredita que é possível educar as novas gerações a fim de construir, no presente, um mundo melhor, mas vencer o medo ainda é o primeiro passo.



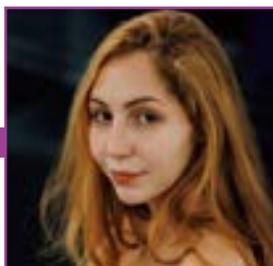
Educação como forma
de enfrentamento
da cultura do estupro
> **Carla Piranda e Isabela Rocco**



É fundamental combater
a cultura do estupro
> **Teresa Britto**

Educação como forma de enfrentamento da cultura do estupro

> **Carla Piranda e Isabela Rocco**



Ações positivas que podem ajudar a mudar o pensamento coletivo da sociedade, tanto de meninos quanto de meninas, para que reverbere no futuro.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

A cultura do estupro pode ser definida, na ótica feminista, como um âmbito social que normaliza ou relativiza o estupro e os abusos ao corpo feminino. Para compreender os efeitos da presença da cultura do estupro e os meios de minimizar os danos, é necessário uma análise mais profunda dos conceitos feministas radicais e de uma contextualização histórica e social.

Não se sabe, ao certo, como a humanidade construiu esse modelo de divisão de funções e atribuições entre os gêneros, mas, sabe-se que, independentemente de como o indivíduo se defina depois, há uma série de imposições sociais que uma pessoa sofre de acordo com o seu sexo. No caso das mulheres, por estarem inseridas num meio machista, suas atribuições de gênero são relacionadas à exigência de reprodução da feminilidade e ao sexismo. A partir do momento em que um corpo feminino nasce, será exigido dele um comportamento feminino, bem como uma valorização da estética.

Essas construções sociais privilegiam homens em detrimento das mulheres, ou seja, alguém que nasce em um corpo feminino sofrerá com o machismo desde a infância, pois os homens idealizaram um modelo de sociedade que objetifica e fetichiza os corpos femininos. Nesse contexto, a cultura do estupro não se limita ao estupro em si (um ato sexual

não consentido), mas a toda uma estrutura social em que a mulher foi inserida para servir aos homens — e da indignação com esse sistema, nasceu o feminismo radical, que vem debatendo questões bastante abusivas para as mulheres, porém muito normalizadas.

Considerando cultura um conjunto de ideias, símbolos e comportamentos, parte-se da noção de que cultura não é algo com que se nasce, mas que se aprende. Logo, a educação apresenta-se como fator essencial para abolir esse tipo de conceito opressor. Primeiramente, deve-se propor uma educação igualitária de meninos e de meninas. As crianças devem almejar a própria humanidade e ter a liberdade de experimentar e conhecer o mundo, e não devem almejar papéis de gênero e reproduzir aquela velha ideia de “rosa para menina e azul para menino”; o primeiro passo é desconstruir o gênero dentro das escolas, para que as crianças parem de crescer com a ideia de que elas devem se encaixar nas imposições de gênero.

O feminismo radical, no sentido de original, e não de extremista, propõe a abolição da ideia de gênero, o que tem dividido opiniões. Na contemporaneidade, o conceito de gênero foi desconstruído e hoje existem mais de 50 gêneros diferentes. Essa análise foi realizada no âmbito da teoria queer, responsável, também, pelo interessante conceito de cisgeneridade. Segundo a teoria queer, uma pessoa “cis” é aquela que se sente confortável com o gênero designado ao seu sexo — ou seja, uma pessoa que

nasceu do sexo feminino e se reconhece do gênero feminino, é uma pessoa “cis”. Entretanto, esse não seria o debate mais interessante para as escolas, pois uma criança não deve se preocupar em se encaixar em determinados gêneros ou não (até porque esse conceito tem ficado cada vez mais ambíguo). Outrossim, dizer a uma mulher que ela é cis, ou seja, confortável com o gênero e o sexo designados, é dizer que ela está confortável com toda a opressão. Como ignorar que meninas ganham bonecas e brinquedos que reproduzem itens de atividade doméstica, que meninas são massacradas por padrões de beleza desde que nascem e que aprendem a ter vergonha do próprio corpo (aos 8 anos eu já tinha vergonha dos meus peitos enquanto meus colegas meninos, que na época tinham peitos exatamente como os meus, andavam sem camisa e não se envergonhavam de si, isso é absurdamente doentio), entre outras variadas opressões direcionadas aos corpos femininos desde o nascimento? Portanto, o papel primordial da educação na problemática da cultura do estupro é auxiliar na minimização das grotescas diferenças de tratamento para meninos e meninas.

Segundamente, deve-se atentar para a exploração capitalista da cultura de estupro. É evidente que o capitalismo, por visar ao lucro, usa de opressões estéticas e sociais para atingir esse objetivo, como visto pela criação de um padrão de beleza inalcançável, pelo apelo a indústrias da moda etc. Nesse sentido, a prostituição e a pornografia são a capitalização da cultura do estupro de forma direta.

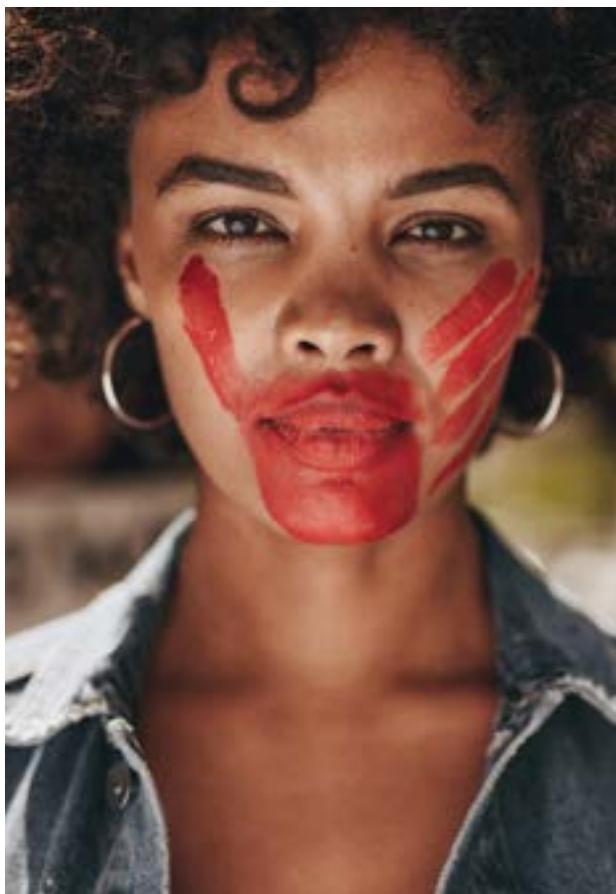


Assim, é essencial que as mulheres desenvolvam não só uma consciência de classe, mas também uma consciência de que seu ser social está totalmente relacionado ao seu gênero. No que tange à prostituição, há algumas análises que devem ser feitas antes de cair no senso comum de que, se é consentido, não é opressão — é sim. Em primeira análise, pontua-se que nenhuma estrutura que trate corpos femininos como objeto pode ser considerada empoderadora. Segundamente, sabe-se que a maior parte da população prostituída historicamente é mulher, e isso não é coincidência. A sociedade patriarcal afastou as mulheres dos meios sociais e de trabalho, isso significa que, para uma mulher, tudo torna-se mais difícil no que tange a construção de carreira e realização pessoal. Muitos afirmam que há mulheres que optam pela prostituição (e, por isso, a defendem), mas sabe-se que não é a maioria; e, num meio em que a mulher que explora sua sexualidade é tida como promíscua e sem valor, deve-se considerar a possibilidade de que muitas dessas mulheres prefeririam fazer outras atividades, por isso é papel da educação conscientizar as meninas e desenvolver nelas habilidades para que a jornada num corpo feminino seja menos agressiva ao longo da vida, bem como elas tenham ferramentas para construir uma vida longe da prostituição.

Em paralelo, os homens são criados para explorar sua sexualidade (sempre usando uma mulher para isso, é claro), diferenciar as mulheres que são para “casar” e as que e as que não são. Eles aprendem a reproduzir a reproduzir diversos estereótipos de gênero (como “mulher não sabe dirigir”, “loira burra” etc.). Por isso, apesar da importância de conscientizar meninas e seguir na luta para a abolição de gênero (haja vista que esse conceito foi criado como forma de oprimir e controlar mulheres), urge que seja ensinado para os meninos que mulheres não são inferiores, muito menos objeto de prazer deles, a fim de educar as próximas gerações masculinas.

Desse modo, deve-se reivindicar a presença de aulas de educação sexual nas escolas, as quais não têm qualquer teor inadequado, mas que devem ter como objetivos desconstruir a ideia de que corpos femininos devem ser explorados, encorajar garotas a denunciar seus abusadores, ensiná-las a discernir quando elas querem ou não ser tocadas, mostrar que elas podem dizer não e debater ideias feministas, procurar, gradualmente, atenuar os efeitos da cultura do estupro e reconstruir a sociedade de forma a gerar um meio coeso e harmônico para todos.

Se a educação tem o papel de preparar cidadãos para exercitarem plenamente sua cidadania, é fundamental que seja o principal instrumento para reduzir desigualdades e construir equidade, promovendo uma mudança de mentalidade que nos leve a superar o sexismo reproduzido cotidianamente nas relações humanas.



Educadores precisam estar atentos às situações do cotidiano, ouvindo as demandas de alunas e alunos, observando e respeitando desejos, inquietações e frustrações.

A escola não deve reproduzir ou incentivar as desigualdades que existem na sociedade.

Os estereótipos presentes nos livros escolares, nos brinquedos nas brincadeiras, nas atividades, nos espaços disponibilizados a meninos e meninas, nas falas, nos gestos, nos comentários que fazemos, nos olhares de repreensão, estão repletos de representações a respeito daquilo que entendemos ser o mais adequado para meninos e meninas, homens e mulheres.

Vivemos tempos nos quais pode haver imensos retrocessos nesse tema...

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos anuncia que preparou uma medida provisória que irá regulamentar o ensino domiciliar no País. O Governo Federal não compreende que o convívio escolar é parte essencial na socialização, na formação, no aprendizado de viver em sociedade, em ouvir a opinião do amigo, respeitando-a, mesmo que discorde dela. Na escola, ao conviver com diferentes, aprendemos a lidar com a diversidade.

As famílias podem e devem apresentar aos filhos seus valores, inclusive suas religiões, mas é na escola que se dá o contato com a diversidade da sociedade, gerando o respeito às diferenças.

Declarações como “agora é inaugurada uma nova era no País, em que menino veste azul e menina veste rosa” e “menina será princesa e menino, príncipe”, da atual ministra da família, mulher e direitos humanos, não contribuem em nada para a educação de nossas crianças.

Ao contrário do que diz a ministra, é imprescindível compreender de que forma se constroem

as relações de gênero e como vão se constituindo ao longo da vida as identidades sexuais. Desenvolver educação para sexualidade pressupõe também debater a construção da homofobia e da misoginia na composição de uma masculinidade que se pretende hegemônica desde a mais tenra idade, a história do corpo, as formas de relações afetivas, a erotização dos corpos infantis, o abuso e a violência sexual, a cultura da violência, gerando comportamentos machistas, sexistas e homofóbicos.

É necessário promover ações de valorização das mulheres nas escolas, desestimulando a valorização da agressividade masculina e ações de prevenção à violência doméstica e sexual nas escolas por meio de campanhas e da capacitação de professores para abordarem o tema de forma transdisciplinar. A escola também é um bom local para que sejam dadas informações básicas sobre o que é violência contra a mulher e como uma vítima pode buscar ajuda - se há um telefone para denúncia, a qual autoridade deve se dirigir etc.

Mais do que teoria e prática, a não violência tem de permear toda e qualquer prática de ensino, envolvendo todos os profissionais de educação e estudantes da escola, pais e comunidade em um desafio comum e compartilhado. Assim, a não violência integrada dá ao professor outra visão de seu trabalho pedagógico.



Carla Piranda

é mãe do Marco Rocco, presidente estadual do PV RJ, secretária nacional de organização e secretária de mulheres da Federação dos Partidos Verdes das Américas.

Isabela Rocco

tem 18 anos, é estudante de desenho industrial e co-secretária de Juventude do PV RJ.

É fundamental combater a cultura do estupro

> **Teresa Britto**



As violências praticadas por homens contra meninas e mulheres estão tão presentes no nosso cotidiano, que se criou a expressão cultura do estupro, ainda muito debatida entre estudiosos em todo o mundo.

O que torna a situação mais lamentável e preocupante é saber que, segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), cerca de 70% dos casos de estupros ocorrem no próprio lar, onde a vítima deveria se sentir amparada e segura, sendo os agressores maridos, pais, avôs, padrastos, tios e parentes próximos.

A cada 11 minutos, uma pessoa denuncia um estupro no Brasil. De todas essas denúncias, 88,5% das vítimas de estupro são mulheres; 50,7% das vítimas de estupro tem menos de 13 anos. A previsão mais pessimista estima que apenas 10% dos estupros são notificados no Brasil.

O crime de estupro está previsto no artigo 213 do Código Penal brasileiro. A lei brasileira de 2009 considera estupro qualquer ato libidinoso contra a vontade da vítima ou contra alguém que, por qualquer motivo, não pode oferecer resistência. Ou seja, não importam as circunstâncias, se foi contra a vontade própria da pessoa ou ela está desacordada é crime. Antes, o ato só era caracterizado quando havia conjunção carnal com violência ou grave ameaça.

A impunidade está, sim, conectada ao número elevado de estupros no Brasil. No entanto, ela não pode ser lida como sua causa, mas como mais um elemento do ciclo de vitimização. A origem da sub-



notificação dos crimes e as dificuldades de investigá-los, por exemplo, são agravadas quando família e autoridades duvidam do relato da vítima. As delegacias especializadas em crimes contra a mulher, que geralmente estão melhor preparadas para receber e investigar esse tipo de denúncia, são poucas e estão sucateadas.

Precisamos combater a reprodução da cultura do estupro. Isso significa fazer campanha para combater o discurso de culpabilização da vítima e brincadeiras ou piadas que fazem apologia à violência contra a mulher. Além disso, precisamos empoderar as mulheres para garantir que haja avanços na implementação dos direitos das mulheres.

O papel do Estado e de toda a sociedade é promover campanhas, promover a conscientização, principalmente através das escolas. É preciso fazer um trabalho de conscientização, principalmente junto aos jovens. Um trabalho não só de orientação, mas também de alerta, porque quase ninguém acredita que passará por situação de tamanha violência. As pessoas não imaginam que um estupro ou um outro tipo de violência contra a mulher vá acontecer com elas ou com alguém próximo, mas, muitas vezes, o pai, um irmão ou um tio é o agressor/abusador.

É preciso ter um espaço único, em que uma mulher possa dar todas as entradas e encaminhamentos. Ter o atendimento de saúde, o atendimento psicológico, o atendimento de assistência social, o atendimento jurídico, para que, de fato, seja acolhida. Para tanto, é necessário que não só o poder público se mobilize, mas também todas as esferas da sociedade. Individualmente, cada um de nós pode combater a cultura do estupro. Essa luta está prioritariamente ligada à educação e temos que trabalhar juntos no sentido de orientar nossas crianças e jovens.

Precisamos lutar por uma educação de valores, de novas referências para meninos e meninas que precisam romper o ciclo geracional dessa violência. A proposta é trabalhar na perspectiva de atendimento integrado, acolhendo e atendendo vítimas em todos os ciclos de vida (crianças, adolescentes, mulheres, homens e idosos), com abordagem, também, para os agressores e os familiares, promovendo intervenções em todo o ciclo da violência.





Enquanto mulher e parlamentar, tenho feito o possível para combater a cultura de estupro no Piauí. Enquanto vereadora da capital piauiense pelo período de 14 anos, criei projetos, realizei palestras, audiências públicas e várias outras atividades em prol da valorização e do respeito às mulheres.

Agora, como deputada estadual desde o início de 2019, meu objetivo é dar continuidade a esse trabalho; inclusive, nesses primeiros meses de mandato na Assembleia Legislativa, já realizamos uma sessão solene em homenagem ao Dia da Mulher, momento em que discutimos temas como igualdade de gênero, maior participação na política, combate às agressões e o empoderamento das mulheres.

Temos a missão de dar total apoio às mulheres vítimas de violência sexual, bem como de orientá-las através dos meios de comunicação, cada vez mais denunciar esses casos para que o poder público possa responsabilizar os agressores. Ao chegar à delegacia, é registrado um boletim de ocorrência e a mulher vítima de violência sexual é encaminhada ao IML (Instituto Médico Legal) para fazer exame de corpo de delito, bem como a um hospital para realizar exames e receber os medicamentos adequados.

Nesse processo de luta para acabar com a violência masculina contra meninas e mulheres e mudarmos esse lado obscuro da história, é essencial contar com o envolvimento de toda a sociedade. Precisamos educar as novas gerações, os filhos e filhas de um tempo que começa já, em que o passado seja superado. Somos capazes de construir, no presente, um mundo melhor e vencer o medo, o que, para muitas, é ainda o primeiro passo.



Teresa Britto

é Deputada estadual, psicóloga, especialista em Psicologia Organizacional e em Gestão Pública Municipal, presidente do Partido Verde no Piauí e membro da Fundação Verde Herbert Daniel.



Mais mulheres na política

No Brasil, as mulheres representam apenas 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12% no Senado Federal, um dos índices mais baixos do mundo. Um dos motivos que dificulta a participação de mulheres na política institucional é justamente a falta de políticas públicas para romper com o ciclo de discriminação e afastamento das mulheres nos centros decisórios.

Rayssa Tomaz, jovem verde que se candidatou a deputada federal nas últimas eleições, abre o debate afirmando que a possibilidade de usar um espaço de fala privilegiado e valoroso aproxima mulheres de mulheres. Criar vínculos e estimular a criação de redes de apoio de plataformas pode ser uma solução. Para Rayssa, a luta por mais mulheres na política não é uma batalha contra os homens que, historicamente, ocupam estes lugares, mas diz muito sobre representação social de um país. Ela acredita que é preciso que a representação parlamentar entenda e veja com sensibilidade novos movimentos e demandas que surgem com as novas modalidades de papéis sociais. Rayssa relata ainda que algumas linhas de pesquisa avaliam que a prosperidade da representação feminina está diretamente ligada a condições de vida sustentável nas sociedades, sejam elas na garantia do uso dos espaços urbanos, no acesso aos serviços básicos, assistência social e melhores condições no mercado de trabalho, sejam na redução de taxas de violência sistêmica, que incorre em diversos segmentos da vida nas cidades.

Outra verde que traz sua visão e experiência sobre a importância de se ter mais mulheres nos espaços de poder é Mariana Perin. Ela discorre sobre o protagonismo feminino que está presente em diversos movimentos, como o hip hop. Ela traz, em seu artigo, diversos nomes femininos expressivos da política e de atuação em outras áreas, mostrando como a representatividade feminina encoraja e fortalece outras mulheres. A jovem verde fala da importância da união entre mulheres para mudar o cenário atual. Segundo Mariana, a alienação parental, a violência doméstica e o congresso brigando pela queda de cota de mulheres são questões que têm em comum a relação direta com a necessidade de continuar a luta pelo espaço feminino, em um projeto coletivo, que inclui mulheres cis, mães, trans, lésbicas – mulheres. Sem gênero e com igualdade.



Ser mulher na política, um equilíbrio
entre sobreviver e prosperar
> **Rayssa Tomaz**



Ser verde não tem gênero
> **Mariana Perin**

Ser mulher na política, um equilíbrio entre sobreviver e prosperar

> **Rayssa Tomaz**



Dentre a grande lista de coisas que me aconteceram nos últimos anos, duas de fato marcaram esse período: uma tentativa de feminicídio sofrida e uma candidatura simbólica contra o avanço de uma agenda conservadora.

Passado o ciclo eleitoral de 2018, no qual tivemos uma campanha marcada por frases agressivas sobre mulheres, houve uma escalada nos índices de registros de violência doméstica. Eu, pessoalmente, me desafiei a prosperar na vida que escolhi: a de ente político no cenário local. Agora me sinto muito mais confortável para falar sobre coisas que, reiteradas vezes, passamos e sequer temos coragem de repetir em voz alta, sob pena de sermos julgadas e mais uma vez violentadas. Vim contar um pouco sobre esta história que, ao menos para mim, é de superação.

Não vim aqui hoje focar no que me ocorreu apenas enquanto mulher, mãe e esposa. Vejo neste artigo a possibilidade de sensibilizar outras companheiras da atuação política e, ainda mais importante, conclamar homens que fazem dessa missão o seu caminho de vida, para juntos buscarmos efetividade na garantia de mais igualdade para todos. Vim trazer alento a tantas outras que, por vezes, são desestimuladas pelos percalços da vida mas que querem também optar pela estrada da prosperidade política de seus ideais e suas concepções. Venho representar a fala de mulheres jovens, mães que criam sozinhas os filhos que são chefes de suas famílias – o que soma,

hoje no País, cerca de 40% dos lares brasileiros, e mulheres que têm suas ambições, sonhos profissionais, metas pessoais e que querem usufruir do que há de melhor em nossa sociedade sem ter medo de ter sua trajetória findada por motivos torpes como a violência de gênero.

As vésperas de completar meus 28 anos, em 2017, fui vítima de uma tentativa frustrada de assassinato. Colocando assim no papel, sob a letra fria da lei, o que me ocorreu foi uma tentativa de homicídio com agravante de feminicídio, impetrada pelo pai das minhas filhas, meu ex-cônjuge. Desde aquele agosto, vivo em intensa vigilância. Mulheres que já passaram por situações de violência sabem que, mesmo estando amparadas pela lei, o medo se transforma em amigo para todas as horas. Não há garantias sobre nossa integridade física, muito menos a emocional. É o medo também que nos faz sobreviver. Medo de que algo nos aconteça, aconteça a nossos filhos ou a tantas outras pessoas. Medidas protetivas e demais ferramentas previstas em lei colaboram para diminuir a sensação de abandono, mas não servem para nos manter vivas. Meu ex-marido cortou os freios do meu carro quando havia medida protetiva de não aproximação vigente. O medo hoje é meu maior combustível.

Lembro que, à época, já havia tornado público meu interesse em disputar as eleições. Recordo-me ainda da sequência de fatos que se sucederam e que me fizeram, com toda a clareza do mundo, escolher a vida da luta e da resistência. Foram tantos momentos em que entendi que deveria transformar esse triste episódio em um caso de sucesso, não apenas para mim, mas para todo o conjunto de vítimas da sociedade. Hoje, um ano e sete meses depois, a justiça ainda não veio, mas estou aqui, perseverando. Na ocasião do registro da ocorrência, a delegacia da mulher alegou que meu caso se enquadrava como “dano ao patrimônio”, mas o ministério público solicitou encaminhamento ao tribunal do júri, com competência para tratar casos de homicídio. Justiça que tarda é justiça que falha. Ao longo de todo este tempo, estive aqui desprotegida.

Fui candidata no Distrito Federal ao cargo de deputada federal. Passado o susto e com a compreensão de que eu deveria abraçar a minha própria trajetória, disputei a eleição perto de nomes que me acolheram e me apoiaram, em todo o meu caminho político. Pude contar um pouco da minha história como forma de me aproximar de outras mulheres e

percebi o quanto nossa sociedade culpabiliza as vítimas, fecha os olhos para a violência doméstica e pouco discute a endêmica precariedade de direitos que nós vivemos no País.

Sou privilegiada. Tive advogados, fui acolhida e consegui garantir que minhas filhas vivessem preservadas deste triste capítulo de nossas vidas. Ergui minha cabeça e encampeei uma batalha ao lado dos que acreditam em uma sociedade mais justa e politicamente mais paritária, mas, mesmo assim, a pesada mão de uma sociedade machista nos alcança e nos bate, sem acarinhar.





A dura realidade da candidatura

Ser candidata no Brasil é um desafio. Ser mãe, jovem e candidata, de fato, deve conter em si um nível maior de adrenalina. Desde a minha desincompatibilização para a disputa, quando abri mão da única fonte de renda da minha família (composta por mim e por duas crianças de 3 e 5 anos), até as atividades mais ordinárias da campanha, como pedir voto e gastar sola de sapatos, são permeadas por questões pouco presentes nas candidaturas masculinas.

A viabilização de projetos políticos de mulheres passa muito mais pelo contexto social do que apenas pelas condições de disputa eleitoral. Quando não temos direito pleno às cidades, quando ocupamos uma grande parte do nosso tempo nos dedicando a cumprir a carga mental do dia a dia familiar, quando temos cinco milhões de crianças sem pai nas certidões de nascimento e ainda recebemos salários inferiores porque o mercado nos pune pelo fato de sermos mulheres, como podemos esperar ocupar espaços que são tradicionalmente compostos pela elite masculina e branca do País?

Quem cuidaria das minhas filhas no período em que eu estivesse em dedicação exclusiva ao pleito? Como administrar a vida doméstica, a carga

mental do dia e as atividades eleitorais? Como caminhar sozinha em áreas da cidade sob o risco de ser assediada ou vítima de qualquer modalidade de violência nas cidades? A que tipo de julgamentos eu estaria exposta e como lidar com isso?

Ser candidata foi uma grande escola. Aprendi a lidar com a desconfiança sobre nossa capacidade política. De todas as coisas que eu ouvi, as de que eu era amante de um político famoso ou filha de outro foram as que mais me incomodaram. Como se todo o meu esforço, de quase oito anos de dedicação a um partido e de todo o trabalho intelectual produzido nessa trajetória, fossem apenas acessórios ao fato de eu ter um grau de parentesco com algum homem proeminente do cenário local. Não, não sou filha nem esposa de ninguém. Sou Rayssa, ativista, mãe e profissional.

Para me dedicar à corrida eleitoral, impliquei outras duas mulheres; minha mãe e minha prima e saí da minha própria casa. Foram elas que cuidaram da rotina e das atividades das crianças enquanto eu estava fora de casa. Juntamente com a minha equipe de assessores e amigos, nos desdobramos para dar atenção às demandas das pequenas enquanto também corríamos para ter sucesso. Sem a rede de apoio familiar ou de amigos, não temos nenhuma chance de fazer política. Essa é a face mais cruel do machismo de nossa sociedade; defender nossos direitos implica acumular ainda mais uma atividade na nossa extenuante jornada diária. Neste momento, é onde perdemos grande parte de nosso material humano mais rico - divididas entre a família e os afazeres da política, muitas mulheres desistem por não terem apoio necessário ou optam por cuidar de sua carreira e de seus filhos, deixando a vida pública para aqueles que podem se dar ao luxo de sair de casa cedo e voltar tarde da noite.

Me deparei mais uma vez com o medo, dessa vez ao usar os espaços públicos da cidade. No Brasil, 89% das mulheres alegam ter sido vítimas de violência em espaços públicos e, dado o alarmante número,

decidimos por um protocolo mínimo de segurança. Meus trajetos e minhas agendas foram acompanhados sempre por algum homem da equipe. Poucas vezes saí sozinha para pedir voto por medo de sofrer uma abordagem mais agressiva ou de ser hostilizada e também de receber incisivas grosseiras em bares e espaços diversos. A verdade é que nosso percurso pelas cidades é transposto por pequenas violências diárias.

Contei com o meu companheiro, que me acompanhou em grande parte do cronograma e que, além disso, respondia a ofensas que surgiam nas redes sociais ou pelo whatsapp. Em uma das ocasiões mais curiosas, um senhor afirmou que já havia me orientado a desistir porque eu não ganharia a eleição por ser “bonita”, dentre tantas outras situações lamentáveis. Tive medo, ainda, de ser exposta em tantos contextos. Tudo que foi citado acima serve para narrar que são extremamente banalizados os relatos de constrangimentos e abusos em estacionamentos de universidades e shoppings, bares e festas e no transporte público. O registro de ocorrências de situações em que mulheres são assediadas no ambiente da política elevaria estes índices a patamares alarmantes.





A violência quer quer nos calar

A violência silenciosa poda trajetórias que poderiam influenciar diretamente no aumento de casos de sucesso político feminino. E grande parte das decisões que dizem respeito a questões de liberdades individuais, sendo tomadas pela maioria masculina no parlamento, reflete muito sobre a agenda social do País, que pouco evoluiu nas questões de gênero nos últimos anos. Hoje, é possível inclusive registrarmos tentativas recorrentes de retração de direitos individuais, em especial de mulheres. Mas como ter plataformas políticas de sucesso? O que devemos buscar? Qual será o caminho?

O processo de violência mina a segurança e destrói projetos e concepções de mudança. Resistir e sobreviver acabam sendo as principais atividades das mulheres no País que mata 13 por dia, em decorrência de feminicídio. Algumas linhas de pesquisa avaliam que a prosperidade da representação feminina é diretamente ligada a condições de vida sustentável nas sociedades, sejam elas na garantia do uso dos espaços urbanos, no acesso aos serviços básicos, na assistência social e nas melhores condições no mercado de trabalho, sejam elas na redução de taxas de violência sistêmica, que incorre em diversos segmentos da vida nas cidades.

A cada sete minutos é registrada uma denúncia de violência contra mulheres no Brasil. Em todas as classes sociais, de níveis de escolaridade diferentes, brancas, pardas e negras. A violência afeta todo o conjunto de mulheres, sem exceção. O País é o quinto colocado no ranking de nações com maior número de casos de crimes contra mulheres, segundo relatórios da Organização das Nações Unidas (ONU). Muito em-

bora hoje sejamos capazes de registrar e punir esses casos, estudos comprovam que a incidência desse tipo de violência é muito superior às situações levadas ao conhecimento da justiça.

A luta por mais mulheres na política não é uma batalha contra os homens que historicamente ocupam estes lugares, mas diz muito sobre representação social. O mundo mudou e o Brasil também. Precisamos que a representação parlamentar entenda e veja com sensibilidade novos movimentos e demandas que surgem com as novas modalidades de papéis sociais.

Para retomar o exemplo citado lá em cima, hoje 40% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. E estas “mães de família” ocupam o lugar que historicamente era do homem no modelo patriarcal. As famílias mudaram e não podem continuar sendo vistas apenas como o modelo de representação pai/mãe/filhos. Quando sabemos do enorme número de crianças que não contam com a participação da figura paterna em sua criação, não podemos aceitar que o parlamento diga que estas novas consolidações não representam a família brasileira. Estas e outras arbitrariedades podem e devem ser discutidas no Congresso, mas, para isso, ele precisa ser plural. Nós precisamos chegar lá.

Somos representadas como minoria, quando, na verdade, somos mais da metade dos votos do País. Colocar mais mulheres na política diz muito mais sobre a colcha de retalhos que forma o povo de um país. Sobre termos homens, mulheres, trans, negros, jovens. Todos representados em situação de equidade.

O que não podemos mais aceitar é que apenas alguns segmentos estejam massivamente representados. O que não nos cabe mais é justificar o desempenho das mulheres olhando apenas para as cifras de destinação de recursos, mas não pensar de forma macro na condição da mulher no Brasil. Precisamos urgentemente de uma sociedade mais sadia para que tenhamos mais prosperidade de talentos femininos em todas as áreas. Nossos sonhos são ceifados pelas duras condições que nos são impostas.

A participação de mulheres na política incomoda. Incomoda muito os tradicionais players deste campo tradicionalmente formado por homens. Incomoda o sistema baseado no patriarcalismo, uma vez que nos faz sair de casa e dos afazeres domésticos para ousar galgar os mesmos espaços que os homens. Incomoda porque, na mesma medida de nossas dificuldades, ousamos chegar onde eles estão. Porque estarmos devidamente representadas nas casas legislativas e no executivo ainda parece ser o prenúncio de uma nova era.

Saio da minha experiência como candidata com a clareza de que nosso caminho será árduo, porém consolidará importantes mudanças. Elegemos cinco mulheres em uma única legislatura quando tínhamos, desde a redemocratização do País, apenas seis na lista de parlamentares federais no meu estado, o DF. A possibilidade de usar um espaço de fala privilegiado e valoroso aproxima mulheres de mulheres. Cria vínculos e estimula a criação de redes de apoio de plataformas. Em quantas oportunidades tive orgulho de dizer que a minha maior conquista era ser uma mãe disputando por meus filhos? Se a bandeira do futuro não é uma das mais importantes a serem tratadas no parlamento, juntamente com os direitos de todos os cidadãos, irrestritamente, quais seriam elas?



Se esta maioria de deputados não nos respeita ou valoriza nossas trajetórias, precisamos incomodar ainda mais com a nossa presença, até que a irritação e o constrangimento sejam grandes o suficiente para que eles nem ousem nos destituir de condições mínimas de disputa, não apenas no campo eleitoral, mas de forma geral. Porque, em condições similares na sociedade, tenho certeza que sobrarão pouco menos de 30% de espaço para os homens no parlamento.



Rayssa Tomaz

jornalista com atuação nas áreas de política e meio ambiente, membro da diretoria executiva do Partido Verde do Distrito Federal, atualmente ocupa a Secretaria de Comunicação do PVDF. Foi candidata a deputada federal em 2018. É mãe, ativista e ambientalista, atuando no DF na pauta de mulheres, primeira infância e desenvolvimento sustentável.

Ser verde não tem gênero

> Mariana Perin



Em 2017, durante o Global Greens Congress em Liverpool, afirmei: “A política verde é feminista”. Isso assustou alguns dos meus colegas, que não compreenderam porque citar políticas de igualdade de gêneros. Para mim, a representatividade é cruel e meritocrata.

No ambiente religioso, uma das poucas religiões que mantêm as mulheres como protagonistas, são as religiões de matrizes africanas - onde as principais sacerdotisas são grandes mulheres que pensaram políticas afirmativas, para manterem vivas as tradições de seu povo, que, na África, prioritariamente, eram regidas por homens.

Quando penso em memória, resistência, mudanças de paradigmas, me veem mulheres. O voto feminino é jovem, pois, há menos de 100 anos, mulheres não podiam votar em grande parte do mundo.

Soube antontem, durante um projeto cultural em que trabalho, que o surgimento do movimento hip hop no mundo se deu graças a Cindy Campbell, uma mulher do Bronx que, com a falta de dinheiro para comprar material escolar para as crianças da comunidade, começou a organizar bailes de soul music. Hoje, são considerados fundadores do hip hop, três homens que discotecavam nestas festas. Cindy é coadjuvante da história que ela protagonizou.

No punk rock, Patti Smith declamava poemas em bares punks. Suas vestimentas e atitude são uniformes identitários para esse grupo de jovens

anarquistas que, cansados e sem perspectiva durante a crise setentista americana, trouxeram do underground grandes bandas como Ramones e New York Dolls. Patti Smith é menos lembrada como uma das fundadoras do movimento punk.

Os homens são mais egoístas que as mulheres. Cito, claro, sem dados específicos. Levo em consideração grandes momentos históricos em que mulheres protagonistas perderam seu espaço para homens nem tão brilhantes como elas. Há menos de 4 anos, adesivos da ex-presidenta Dilma Roussef, em posição sexual, eram vendidos em postos de gasolina. Fazemos piadas umas com as outras. Somos usadas por homens para articularmos umas contra as outras.

Infelizmente, somente uma lei poderá garantir oportunidades iguais entre homens e mulheres na política. Nós, mulheres, temos que trabalhar em triplo para termos a mesma oportunidade que homens. A mãe de cinco e prostituta sempre será vista como vagabunda. A dona de casa nunca será vista como trabalhadora braçal. A mulher trans será vista como travesti. Sempre teremos louça depois de um dia cansativo de trabalho. Quisera poder me dar ao direito de ligar a TV, abrir minha lata de cerveja, afinal, eu fiz por merecer.

desde sempre luta pelos verdes mundiais. Terry Reintke é minha amiga, jovem deputada verde alemã, que vem se destacando pelas lutas em prol dos direitos humanos. Maria Isabel já foi a deputada colombiana mais jovem do parlamento, e é verde. Rosane Ferreira, nossa primeira deputada federal mulher. Acredito que o caminho da mudança política esteja nas mãos de mulheres verdes.

São tantos clichês, que sobram exemplos. Não damos conta de fazer mais de uma coisa porque somos mulheres, damos conta porque não há quem faça ou dívida conosco. A hipersexualização feminina nos coloca na posição de reprodutoras e não de tomadoras de decisão. Nossos chefes, em entrevistas de trabalho, nos perguntam se temos filho e se isso poderá atrapalhar nosso rendimento. Alienação parental, violência doméstica, congresso brigando pela queda de cota de mulheres - o que isso tem em comum? A necessidade de, a cada dia, não desistirmos da luta. Não dá para ter ternura num ambiente hostil para nós. Precisamos de força, fé e muita união. Sororidade é muito mais que uma palavra. É de fato brigar por um projeto feminino coletivo, que inclui mulheres cis, mães, trans, lésbicas - mulheres. Sem gênero. Com igualdade. Meu Deus é uma mulher negra. E, pela Deusa, continuarei lutando por nós.

**Internamente, ainda
sofremos gaslighting
e mensplanning e
mensinterrupting por parte
de nossos amigos verdes.
A fundação verde Herbert
Daniel possui menos de
30% de seu corpo diretivo
formato por mulheres.**

A história da política verde deve ser marcada por mulheres. Jill Stein foi candidata a presidência dos Estados Unidos. Monica Frassoni é uma grande verde Italiana que co-preside os verdes europeus e



Mariana Perin

é especialista em políticas de juventude e gestão cultural. Foi gestora de juventude nas cidades paulistanas de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Atuou na organização e realização das I, II, III Conferências Estadual e Nacional da Juventude. Como produtora cultural, esteve envolvida na realização do MicBr2018, Virada Cultural Paulista e Mês do Hip Hop. Foi secretária Nacional da Juventude do PV e representou o Brasil no Steering Comitee do Global Young Greens entre os anos de 2008 a 2011. Hoje divide seu tempo entre política e gestão cultural.

VERDES EM AÇÃO



O papel da mulher no ciclo de violência que ela sofre

CPMI liderada por mulheres, em 2012, impulsionou a criação da Lei do Femicídio e diagnosticou a falta de sororidade entre as mulheres

Superar a violência contra a mulher é um dos maiores desafios da contemporaneidade. Isso abrange toda a tipificação de violência como a praticada no âmbito doméstico por parceiros ou familiares, a violência sexual, o tráfico de mulheres, a violência institucional, bem como a violência decorrente do racismo. Anteriormente à criação da Lei do Femicídio, foi criada uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM), ainda em 2012, com a participação efetiva da verde Rosane Ferreira (PV/PR), à época deputada federal pelo Partido Verde do Paraná. Rosane, que ingressou na política para ter voz ativa e endossar a representatividade feminina na esfera pública, afirma que a criação dessa Comissão foi motivada pelo 'Mapa da Violência: Homicídios de Mulheres', estudo referência realizado em 2012, no qual o Bra-





sil aparecia em sétimo lugar no ranking mundial de violência contra a mulher. “Quando tudo vira violência, é preciso repensar nossa forma de viver”, declara Rosane.

Apesar dessa Comissão ter ocorrido em 2012, já passados sete anos de sua conclusão, inclusive com a criação da Lei do Feminicídio a partir de seu desfecho, o quadro de violência no Brasil não para de crescer. De sétimo lugar em 2012, hoje o Brasil ocupa o quinto lugar na escala mundial de violência, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU). A referente CPMI-VCM investigou a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurou denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres. Na ocasião, as mulheres que contemplavam o time da Comissão visitaram 17 estados brasileiros com o objetivo de traçar um diagnóstico das situações de cada local. De acordo com Rosane, um dos maiores desafios observados por ela é que as próprias mulheres não se unem em prol do fim da violência, há uma falta de sororidade delas para elas. “Enquanto os homens são unidos e defendem uns aos outros, as mulheres apontam, julgam, criticam umas às outras, em vez de se solidarizarem com a dor umas das outras”. É o retrato da cultura machista arraigada na sociedade brasileira, não só nos homens, mas especialmente nas mulheres.

Em pesquisa divulgada pelo Datafolha no último dia 14 de abril, o feminismo é mais bem avaliado entre os homens que entre as mulheres. Para 48% dos homens, o feminismo traz mais benefícios que prejuízos às mulheres. Para o público feminino, esse número cai para 43%. Segundo avaliação do Instituto, a palavra vem carregada de estereótipos e o avanço do conservadorismo com o governo atual cria barreiras para que as pessoas se reconheçam como feministas, mesmo acreditando em suas causas e reivindicações.

A escolha dos estados visitados pela CPMI-VCM deu-se pelo índice de violência constatado em cada local. No entanto, segundo Rosane, enquanto o Piauí aparecia em último lugar no índice de violência contra a mulher, ao chegar no local, a Comissão identificou o que ocorria: eles não tipificavam corretamente as denúncias. “Podemos constatar que havia uma camuflagem nos dados, além de casos subnotificados de violência contra a mulher”, pontua Rosane. Os estados investigados à época foram: Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Alagoas, São Paulo, Bahia, Paraíba, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Distrito Federal e Goiás. Esses foram os principais, mas, na ocasião, a Comissão visitou outros locais também.

Ainda de acordo com a verde, foi a partir dessa Comissão que diversas ações foram executadas para melhor atender às mulheres vítimas de violência. No estado do Paraná, por exemplo, anteriormente à CPMI-VCM, não havia Defensoria Pública. De acordo com Rosane, é preciso interromper esse círculo vicioso de violência. Para ela, o trabalho de diagnosticar quais são os entraves sociais entre as próprias mulheres é mais potente que as leis em si. “Esse trabalho de se aproximar, conversar e entender o que as mulheres passam e porque elas continuam vivendo dentro desses ambientes violentos é imprescindível para mudar o quadro social no Brasil”.

Ao todo, os relatórios da CPMI e da Subcomissão somam 1267 páginas e trazem como proposta 16 projetos de lei, um projeto de resolução, duas propostas de fiscalização e controle, uma indicação e um requerimento de informação, além de 123 recomendações aos poderes Executivo e Judiciário e ao Ministério Público para o combate da violência contra a mulher.



Entrevista

O QUE PENSA

Shirley Torres



Sua trajetória política começou em 2006, quando se filiou ao Partido Verde do Acre, seu estado natal, pela necessidade de participar mais ativamente na elaboração de políticas públicas para mulheres e ampliar a participação e representatividade feminina nas esferas de poder. No momento de sua chegada, o PV Acre estava esvaziado e com pouca atuação. Filiou-se para fazer a diferença em seu estado e construir um PV forte e representativo. Hoje é presidente do PV Acre. Em 2010, foi candidata a deputada estadual e, em 2014, a deputada federal. Como secretária do PV Mulher, Shirley se dedica a contribuir e enriquecer o debate da igualdade e cidadania das mulheres entre as mulheres verdes e incentivá-las a participarem mais ativamente da política, em especial como candidatas.

Pensar Verde: O feminicídio é um crime que, em grande parte, poderia ser evitado. Fale um pouco sobre a responsabilidade da sociedade e, sobretudo, do Estado quando não são acionados os mecanismos de proteção às mulheres?

Shirley Torres: A sociedade se torna responsável quando fecha os olhos e ouvidos para situações de violência doméstica, por exemplo. Quando não exercita sua empatia e julga a vítima por estar naquela situação. A imprensa também exerce um papel omissivo e julgador com matérias sensacionalistas e termos inapropriados que desmerecem a mulher ou a culpabilizam pelo ato que sofreu.

O “Dossiê Feminicídio – Invisibilidade Mata”, de 2016, da Agência Patrícia Galvão, é um estudo aprofundado sobre o feminicídio no País. A pesquisa aponta como se dá a tipificação dos crimes, os dados, as causas e os planos de ações para o combate desse tipo de violência. Entre os temas abordados está a responsabilidade do Estado “por ação ou omissão”. Essa omissão do Estado é percebida na dificuldade das mulheres em prestarem queixa quando ainda estão na escalada da violência, antes mesmo do desfecho final com a morte da vítima. Muitos relatos denunciam a péssima postura dos agentes policiais, que, muitas vezes, desencorajam as mulheres a fazerem o boletim de ocorrência, além da demora no atendimento. Quando ocorre a morte de uma dessas tantas mulheres que tentam denunciar, a dificuldade de ser tratada/investigada como feminicídio é frequente.

O Estado é omissivo também pela escassez de Delegacias da Mulher, além da oferta de horários reduzidos no atendimento, inclusive com fechamento aos finais de semana (dias em que mais ocorre violência contra a

mulher). Acreditam que apenas decretar medidas protetivas é suficiente, quando sabemos que, se não houver acompanhamento policial e/ou prisão do agressor, a vítima só fica mais exposta. Somado a todo esse cenário ainda existe um déficit de casas de abrigo, principalmente para mulheres que têm filhos e dependem economicamente do companheiro ou familiar que perpetua os abusos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014 existiam 155 casas de apoio em 142 cidades, ou seja, contemplam apenas 2% do território brasileiro. É desencorajador esse quadro. A falta de educação de gênero nas escolas e a ausência de projetos inclusivos é também de responsabilidade do Estado e poderia reverter esse quadro social formando cidadãos pautados pela equidade, pelo respeito e contra a violência em todos os níveis.

Pensar Verde: Há uma convivência social e institucional de crimes de violência contra a mulher com aspectos culturais marcantes no feminicídio, como o sentimento de posse associado aos crimes cometidos em relações íntimas de afeto. Na sua opinião, quais mecanismos atuam para a perpetuação da violência até o desfecho fatal?

Shirley Torres: Além dos mecanismos estruturais citados na primeira resposta, existem os raciais/sociais e a culminação no aumento de 54% do feminicídio especialmente de mulheres negras entre 2003 e 2013, segundo o Mapa da Violência de 2015. É uma escalada de violência até o feminicídio, na qual passa pela violência patrimonial, verbal, psicológica, física até que atinge o auge, a morte. O Brasil é um país culturalmente machista e muitos homens são educados/ensinados a tratar as mulheres como objetos, inclusive com sentimento de posse, além de acharem que as mulheres devem ocupar apenas alguns papéis já definidos pela sociedade. Cuidando da casa, dos filhos, fazendo comida. São esses homens que não aceitam a rejeição de uma companheira quando esta deseja o fim da relação.

Pensar Verde: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil já tem a quinta maior

taxa de feminicídios entre as 84 nações pesquisadas. E, a despeito de possuir diversas políticas de proteção à mulher – como a Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006 – o País ainda convive com uma rotina de uma mulher morta a cada duas horas. Quais políticas públicas podem ser colocadas em prática para reverter esse quadro social?

Shirley Torres: É necessário colocar em prática as leis que já existem para a proteção à mulher que já existem, além de fiscalizar o funcionamento da aplicação. A Lei Maria da Penha é abrangente nesse sentido, mas muitos dos seus dispositivos não são respeitados ou realizados, impedindo a eficácia da Lei. Essa Lei prevê que as casas de abrigo precisam de ampliação, bem como centros de educação e reabilitação de agressores que poderiam reduzir a reincidência da violência doméstica e, por consequência, o feminicídio, uma vez que a maioria dos agressores e assassinos são os próprios companheiros, ex-companheiros e familiares da vítima; autonomia financeira para que a mulher possa denunciar por não ser independente financeiramente do companheiro ou familiar; creches em tempo integral para que consigam deixar os filhos e consigam trabalhar e estudar; atendimento hospitalar e psicossocial especializado e expandido. Para completar, educação de gênero nas escolas. Acredito que a dificuldade para as mulheres alcançarem cargos de poder, e criarem leis e políticas públicas, e fazerem as leis serem efetivamente cumpridas e executarem de forma que atenda a demanda social feminina do País.

Pensar Verde: Como você enxerga o futuro feminino?

Shirley Torres: Mulheres transformando o próprio futuro e de outras, uma apoiando a outra. Maior participação feminina na política partidária, eletiva e em cargos de poder. Mulheres conquistando mais espaços, oportunidades, direitos iguais no âmbito doméstico, profissional e social. Estamos vivendo um movimento de conscientização da força feminina muito expressivo e é importante que todos saibam que não vamos regredir nas nossas conquistas e que ainda há muito que precisa ser feito.



“É preciso estabelecer vínculos entre as lutas pelo direito à posse da terra com as lutas que buscam ecologicamente definir uma nova relação com a Terra”.

Herbert Daniel